

## ROBERTO SIMONSEN E A RACIONALIDADE CIENTÍFICA

*Rosa Maria Vieira*

Professora de Sociologia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi também Pesquisadora do Arquivo Edgard Leuenroth, do IFCH da Unicamp.

Por duas décadas (1928/1948), Roberto Simonsen projetou-se como a mais expressiva liderança burguesa no Brasil, formulando um projeto de industrialização que, transgredindo ideologicamente o liberalismo, propunha a aceleração de desenvolvimento nacional a partir de um planejamento global da economia e uma indispensável intervenção do Estado, de modo a superar o atraso e a miséria.

Sua trajetória como ideólogo da modernização industrial teve início com sua participação, ao final dos anos 20, da fundação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP). Na realidade, como um agente social estreitamente ligado à cena histórica, Simonsen apenas voltou-se à reflexão e ação nesse processo, elaborando extensa obra teórica e atuando no parlamento e em organismos empresariais, a partir do momento em que a indústria transformou-se no suporte básico

da reprodução capitalista no Brasil, no período pós-30.

O que se observa é que nas décadas iniciais do século, envolvido quase exclusivamente pelos empreendimentos privados<sup>1</sup>, manteve-se à margem do movimento inicial em favor da industrialização brasileira e do confronto ideológico entre industrialistas e defensores da vocação agrária do país.

Neste período, situado grosso modo entre 1918 e 1927, Simonsen produziu, no entanto, uma série de trabalhos — artigos em jornais, discursos, relatórios de empresa e uma tese apresentada no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris (1919) — no qual se destacam, com excepcional evidência, reflexões sobre a problemática da racionalização científica e sua experiência pioneira de implantação das novas

1. Engenheiro por formação, depois de um breve período na *Southern Brazil Railway* e na Comissão de Melhoramentos do Município de Santos, Roberto Simonsen tornou-se empresário em 1912, fundando a Companhia Construtora de Santos que, na década seguinte, edificaria quartéis para o exército em nove estados brasileiros. Diversificando suas atividades, inaugurou, ainda nessa época, as Companhias Frigoríficas de Santos e Frigorífica e Pastoral de Barretos. Em meados dos anos 20, já como industrial, organizou a Cia. Nacional de Borracha (1926/1927), a Cia. Nacional de Artefatos de Cobre (1926/1928), além da Cia. Cerâmica São Caetano e a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Seguindo também a trajetória híbrida de muitos industriais da Primeira República, para quem investimentos no setor cafeeiro não representavam uma situação contraditória em nível de excludência, Roberto Simonsen associou-se à Casa Comissária Murray Simonsen Cia. Ltda. que, durante o governo de Washington Luís, atuou como agente da *Lazard Brothers*, casa bancária inglesa, financiadora do Instituto Paulista de Defesa do Café. Para dados biográficos de Roberto Simonsen consultar: E. Carone "Roberto C. Simonsen e sua obra", in: *RAE*, RJ, out/dez., 1971; Heitor Ferreira Lima. *Três industrialistas brasileiros — Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*, SP, Alfa-Omega, 1976; Helena Fanganiello *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*, SP, FEA, Boletim nº 60, 1970.

formas de gestão empresarial na Companhia Construtora de Santos onde, ao fim da I Guerra Mundial, promoveu a reorganização dos processos de trabalho e administração com base em princípios tayloristas<sup>2</sup>.

Neste artigo vamos analisar esses primeiros trabalhos de Simonsen, dando particular atenção aos relatórios apresentados à direção da Construtora nos anos de 1918 e 1919. Nesses materiais encontram-se elementos que possibilitam, a um só tempo, a aproximação com as condições e características da penetração inicial das práticas tayloristas no Brasil e a elucidação do sentido e função da temática da racionalidade científica, que é uma questão central no pensamento de Simonsen até meados de 30.

Como se verá, dessas análises emerge o empresário preocupado com a racionalização, antecipando o incremento da produtividade do trabalho e do controle eficiente dos conflitos de classe. De igual modo, manifesta-se o homem público voltado à reflexão dos problemas nacionais, pensando a realidade do país agro-exportador do começo do século, com base na experiência empresarial, desejando modernizar a nação, como o fizera com sua Construtora, a partir da divulgação e implementação dos princípios racionais de cientificidade. Aspiração ao progresso que Simonsen conciliatoriamente combina com a aceitação das tradicionais formas de inserção do Brasil nos quadros internacionais da divisão do trabalho.

A preocupação com a organização científica do processo de trabalho desenvolveu-se inicialmente nos EUA, em fins do século XIX, dando origem ao taylorismo e, posteriormente, ao fordismo. Historicamente, esses movimentos de racionalização do trabalho surgiram num quadro de reprodução e expansão monopolista do capital e de conflitos

com um proletariado sindicalizado e combativo.

Pensado como uma "estratégia de dominação sobre o trabalho"<sup>3</sup>, o taylorismo, com suas práticas racionalizadoras, colocou-se como uma resposta do capital a contingências adversas nos grandes centros industriais norte-americanos. Ou seja, entraves à intensificação da exploração da força de trabalho representados, por um lado, pela pressão dos "trabalhadores qualificados, aqueles que tinham treinamento artesanal ou de ofício, juntamente com os imigrantes que tinham experiência de sindicatos e atividades políticas, [empenhados] numa luta política que foi suficientemente generalizada para constituir um obstáculo à valorização e acumulação de capital". Por outro, a chegada da Europa de "uma massa de imigrantes camponeses que não podiam ser incorporados, nas condições em que se encontravam, ao processo de produção"<sup>4</sup>. Os métodos de trabalho precisavam ser alterados de modo a propiciar a entrada do operário não-qualificado na produção, e a desqualificação e substituição do trabalhador de ofício, sindicalizado e organizado.

O taylorismo, buscando a intensificação do ritmo de trabalho, a partir da supressão da porosidade na jornada de produção, e a ampliação da produtividade, com o controle e eliminação das operações desnecessárias, ampliava e aprofundava os efeitos da divisão capitalista do trabalho. Desmontando e reordenando os elementos do processo produtivo, procurava a padronização, reduzindo "as várias maneiras de executar um trabalho a uma única forma, racionalmente determinada e facilmente controlável. Essa uniformização dos procedimentos [comportava] a destruição do processo de trabalho organizado com base no saber-fazer operário e sua reorganização através dos princípios e normas da organização científica"<sup>5</sup>. Gerava-se, com isso, um novo tipo de trabalhador,

não-qualificado, adequado às exigências disciplinares da fábrica, sem o que não se podia pensar num ritmo intensificado de produção.

Portador de um ideário que propagava a viabilidade da eliminação da luta de classes, o taylorismo absorvia, para tanto, a perspectiva positivista de ciência de suposta neutralidade buscando, a um só tempo, a legitimação científica e a utilização pragmática do conhecimento com vistas ao controle do trabalhador. Para a implementação dessas proposições, criava um corpo de especialistas em gerência racional, mediadores "científicos" entre o capital e o trabalho, com a função de estabelecer tempos e métodos de produção, salários, seleção e treinamento de operários, e planejamento do processo produtivo, segundo os cânones da racionalização científica<sup>6</sup>.

O taylorismo, seja como princípio seja como método e técnica de gerenciamento, não se restringiu aos EUA, difundindo-se e adaptando-se, ampla e diferentemente, nos países que, a partir da I Guerra Mundial, viram-se às voltas com a necessidade de reorganizar a produção, em moldes capitalistas mais avançados, e tentar o controle da luta de classes.

No Brasil, a prática taylorista somente pôde ganhar corpo, efetivamente, a partir da década de 30, com o desenvolvimento da reprodução do capital em bases industriais,

que colocou como exigência a transformação da "população nacional" em "trabalhadores" que se submetessem à disciplina fabril e ao ritmo do padrão industrial, com a finalidade de subsumir o operário à fábrica, com vistas à intensificação e ao controle do processo de trabalho. Com esse sentido, por exemplo, deve ser entendida a criação, em 1931, do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), estruturado nos moldes da *Taylor Society* americana, por um conjunto de empresários paulistas, com o objetivo de divulgar a racionalização já em andamento nos países de industrialização avançada.

Antes porém dessa fase, no começo do século, a incipiente industrialização brasileira já havia estabelecido uma precária base para a introdução das primeiras experiências tayloristas que sofreram, evidentemente, as injunções do débil desenvolvimento fabril do país. Procurando "criar condições mais estáveis para que a acumulação de capital se operasse de forma permanente" e "difundir uma concepção de mundo orientada a partir das exigências da produção", o taylorismo, nas suas primeiras manifestações no Brasil, voltou-se, primordialmente, "para o controle da formação e reprodução de uma força de trabalho inicial que se submetesse aos novos requisitos de disciplina e formação técnica fabris". Em outros termos, "se direcionou para difusão de seus princípios com o sentido de interferir na socialização da força de trabalho assalariada e na formação ideológica da tecnocracia industrial"<sup>7</sup>.

2. Quanto à questão da reorganização do processo de trabalho, com base no taylorismo, e à introdução dos princípios da racionalização científica no Brasil, consultar M.A. Martins Antonacci. A vitória da razão — O IDORT — 1931/1945, USP, FFLCH, 1985, mimeo.; Nilton Vargas. "Gênese e difusão do taylorismo no Brasil", in: *Ciências sociais hoje*, SP, 1985; ANPOCS, Cortez Ed., 1985; Margareth Raga. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar — Brasil: 1830-1930*, SP, Paz e Terra, 1986.

3. Benjamin Coriat. *El taller y el cronómetro, ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*, 2ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1985, p. 30.

4. Christian Palloix. "O processo de trabalho: do fordismo ao neo-fordismo", in: TRONTI, Mário (org.), *Processo de trabalho e estratégias de classe*, RJ, Zahar, 1982, p. 85.

5. M.A. Antonacci. *Op. cit.*, p. 4.

6. Nilton Vargas. *Op. cit.*, pp. 158-159.

7. *Idem, ibidem*, pp. 162-163. Cabe apontar que, nesse artigo, Vargas dedicou-se à análise da especificidade assumida pelo taylorismo no Brasil (a "via taylorista nacional") indicando que, na fase inicial, observou-se a difusão dos "princípios tayloristas", de caráter doutrinário, em detrimento das "técnicas tayloristas"

Difundido, inicialmente, a partir de seus elementos doutrinários mais gerais, tais como o “projeto científico de trabalho” ou a “gerência científica”, o taylorismo pouco penetrou no país como técnica de trabalho racionalizado, a partir de estudos de tempo, movimento, programação de tarefas etc. O que, em regra, se observou, nas primeiras décadas do século, foi a penetração de seus princípios, marcados, por um lado, pela preocupação ideológica de dar às suas proposições um caráter de neutralidade, a partir da legitimação da ciência e, de outro, pela perspectiva utilitarista do conhecimento direcionado à prática disciplinadora da força do trabalho<sup>8</sup>.

Das iniciativas pioneiras de implantação da nova forma de gestão da empresa capitalista destacou-se a experiência conduzida por Roberto Simonsen, logo após o término da I Guerra Mundial, na Construtora de Santos, onde a administração e as relações de trabalho foram redimensionadas segundo os parâmetros da racionalidade científica. Esse processo pode ser resgatado, em larga medida, a partir da análise dos relatórios encaminhados à diretoria da Companhia (1918/1919), do material elaborado a título de prestação de contas de serviços realizados para o Exército, durante a construção dos quartéis na década de 20, e dos discursos e artigos publicados por Simonsen no período.

*O mundo da empresa e a racionalidade científica: eficiência na produção e na conciliação de classes*

Os primeiros indicadores da concepção norteadora das iniciativas de Simonsen aparecem quando, no relatório de 1918, ele se define como homem voltado do “culto” à nação, compelido, portanto a “abraçar todas as iniciativas progressistas em que haja lugar para o engenheiro”. Aqui não está se referindo, como ele próprio afirma, à “acadêmica

concepção do engenheiro” nos moldes da escola francesa, tornada obsoleta com a I Guerra Mundial. Refere-se à concepção americana de engenharia moderna. Ou seja, “como sendo a arte do engenheiro que graças ao ‘engenho’, ao método e processos científicos apropriados, consegue a melhoria do rendimento das forças em jogo, prescrevendo a cada uma o seu emprego, a tempo, a hora, no lugar, direção e sentido oportunos — ou ainda, praticamente condensado, a arte de tirar do dólar a maior soma de proveitos”<sup>9</sup>.

Essas concepções, embrionariamente indicadas, ganharão completude quando, nos relatórios e intervenções seguintes, Simonsen tratar da reorganização interna da Construtora nos moldes da gerência científica, tendo como parâmetro as indústrias norte-americanas referidas.

Justificando a iniciativa pelo “crescimento no volume de negócios” e pela exigência de redução dos custos e perfeição na execução dos serviços, afirma: “Encarei nossa empresa como genuinamente industrial. Os serviços contratados como produtos a fabricar. É em substituição ao antigo processo de administrar chamado pelos americanos ‘o militar’ — em que [...] patrões, contramestres e feitores se sucedem numa preocupação mais de mando do que da perfeita feitura dos serviços — procuramos evoluir no sentido da administração de ‘função’. Nesse sistema os fatores: tempo, custo, execução e justa paga do trabalho, determinados por métodos científicos, avultam como principais elementos na procura de uma alta eficiência, fim principal a que deve almejar, avidamente, o trabalho moderno em todas as suas manifestações”<sup>10</sup>.

A indicação não dá margem à dúvida: a questão central é a perspectiva de eficiência e o incremento da produtividade a partir da instauração de uma racionalidade operacional, nos moldes tayloristas, que, com base

na ciência, controlasse os trabalhadores estabelecendo tempos e métodos de produção, eliminando operações desnecessárias, de modo a suprimir a "porosidade" na jornada de trabalho. Constatação reiterada, em larga medida, pela afirmação subsequente, de Simonsen, de que "o maior problema" dos "engenheiros e administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho"<sup>11</sup>.



Roberto Simonsen

Suas considerações a seguir, ao contrário do que talvez se possa esperar, não se encaminham para formulações que desenvolvam ou tematizem as formas técnicas possíveis de exploração racional da força de trabalho, com vistas à eficiência produtiva, tais como tempos de produção, métodos de trabalho etc. Sua exposição se arruma e se desenvolve indicando outro núcleo de motivos — a luta de classes, que ganhando a "gravíssima feição de guerra de classes", no mundo industrial, torna explícita a ineficiência das soluções calcadas em "moldes

antigos", puramente coercitivos.

Já em outro momento, em relatório do ano de 1918, Simonsen aludira a essa questão ao lembrar sua proposta, ao Centro dos Construtores e Industriais de Santos, de instalação de uma Câmara de Trabalho, com a finalidade de "estudar os meios práticos do estabelecimento de conciliação dos verdadeiros interesses das classes dos construtores e industriais com os dos proletários [...]"<sup>12</sup>. Agora, porém, a equa-

ção do problema da luta de classes deveria passar, como veremos, por um outro caminho mais eficiente, cuja trilha, margeada pela racionalidade científica, seria indicada por um corpo de especialistas.

O que se constata é que, pouco mais de um ano após a grande greve de 1917, que atingiu intensamente a cidade de Santos, levando à paralisação da Construtora ao final de julho<sup>13</sup>, Simonsen destaca como prioridade a questão da *eficiência na contenção do movimento operário*. E o faz como

voltadas ao controle dos tempos e movimentos do trabalhador. Assinala, também, que "enquanto Taylor e Ford propunham, explicitamente, como peça fundamental de suas propostas, o aumento dos salários em razão do aumento da produtividade ou da intensificação do trabalho, no Brasil, os empresários e seus técnicos sempre ocultaram essa faceta do taylorismo" (p. 163).

8. *Idem, ibidem*, pp. 158-160.

9. Roberto Simonsen, "O trabalho moderno", SP, Seção de Obras de *O Estado*, 1919, p. 38 (grifos nossos). Fazem parte dessa publicação dois discursos — "Pelo trabalho organizado" e "Orientação agrícola brasileira" — e trechos dos relatórios apresentados à diretoria da Cia. Construtora de Santos, reunidos sob a denominação genérica de "Problemas da administração".

O título com que se editou a coletânea — *O trabalho moderno* — foi sugestão de Monteiro Lobato que transcreveu, com tal denominação, na *Revista do Brasil*, o discurso "Orientação agrícola brasileira", com o qual Simonsen saudou o Ministro da Agricultura, Pádua Salles, no ano de 1918, na cidade de Santos.

10. *Idem, ibidem*, p. 48 (grifos nossos).

11. *Idem, ibidem*, p. 49.

12. *Idem, ibidem*, p. 46.

13. A cidade de Santos apresentava-se, ao final do século, como a segunda área de greves do estado de São Paulo, tendo nela ocorrido a primeira grande paralisação geral, no período, num movimento do qual

empresário de um setor (a construção civil) que possuía trabalhadores organizados, em larga mobilização e que, desde 1909, haviam obtido importantes conquistas na luta sindical: reconhecimento das entidades classistas, direito à propaganda sindical durante a jornada de trabalho, garantia de contratação de operários sindicalizados e de existência de delegado sindical em cada canteiro de obra<sup>14</sup>.

Como se observa, não por acaso, uma das primeiras experiências de introdução das práticas tayloristas no país ocorre precisamente numa *construtora em Santos*: uma cidade com tradição de intensa mobilização proletária onde, desde fins do século XIX, os conflitos trabalhistas, especialmente na construção civil e nos transportes, assumiam o “caráter de ação social violenta”<sup>15</sup>, e uma categoria ativamente organizada em sindicatos, que contava com uma parcela significativa de trabalhadores qualificados.

Frente à premência de controle do movimento operário, como estabelecê-lo com *eficiência*?

Encaminhando resposta de multifacetados aspectos, Simonsen sinaliza, inicialmente, para a necessária superação das formas tradicionais de disciplinarização e poder no âmbito da fábrica, onde “a antiga disciplina, a militar — que só se impunha pelo rigorismo de feitores carrancudos”, tinha que ser “substituída pela disciplina inteligente e consciente — oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços”<sup>16</sup>.

A implementação da nova proposta de organização do trabalho caberia a um corpo técnico especializado, “grupo de moços de sólido preparo”, “distribuído [...] na chefia dos departamentos que, [constituindo] o esquema da organização [...] imaginada para as [...] empresas”, procuraria “reformular e melhorar as condições da [...] faina jorna-

leira [dos operários] — visando assentá-la em bases verdadeiramente científicas”<sup>17</sup>.

Em suma, em lugar do despótico rigor dos capatazes das antiquadas e ineficientes formas de gestão, a autoridade neutra de técnicos dotados de um saber científico, capazes de estabelecer métodos racionais de produção e remuneração, de modo a implementar uma nova ordem, na qual capital e trabalho se apresentassem em harmônica conciliação. Ou seja, neutralidade técnica e cooperação de classes como elementos constitutivos de uma proposição ideológica sustentadora do processo de reordenamento da exploração do trabalho, e cujo núcleo central era a racionalidade científica.

Avançando no detalhamento de suas propostas, Simonsen acena com “a justa remuneração do trabalho” como um eficiente recurso para o controle dos conflitos trabalhistas. Ou, segundo seus termos, o acerto de uma solução pela “via econômica” para o “descontentamento operário”, em lugar do equívoco da “via política”, responsável pelo “entramamento da produção”.

Sustentando implicitamente essa formulação está um pressuposto básico: a concepção de que o antagonismo de classes, que coloca em confronto o capital e o trabalho, não é inerente às relações capitalistas de produção, mas uma distorção resultante da ação equivocada, “não-científica”, do patronato.

Foram os atrasados sistemas de paga e má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe. As classes patronais nos velhos países industriais, salvo raras exceções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria-prima, levando-os assim, naturalmente a se unirem em partido para obterem melhoria de remuneração e tratamento<sup>18</sup>.

Não estando, portanto, a luta de classes, segundo os elementos norteadores do discurso de Simonsen, intrinsecamente associada ao capitalismo, ela poderia ser corrigida a partir de “investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção”<sup>19</sup>. Em suma, uma sugestão de ação patronal, cientificamente orientada, em busca de soluções harmonizadoras que exorcizassem o confronto político e a luta classista. Ou, como se vê, uma concepção que, desvinculando o conflito de classes da essência da ordem capitalista, e atribuindo-o a situações circunstanciais — “os atrasados sistemas de paga” e “a má orientação dos patrões” —, permitisse que o sistema fosse resguardado enquanto tal, pondo em evidência possibilidades de intervenção reformadora e controle social.

É necessária, entretanto, uma maior aproximação com o sentido de eficiência da “justa remuneração do trabalho”, indicado por Simonsen. A chave está na citação, em uma passagem do Relatório de Henry Gantt, um dos teóricos da administração científica e discípulo de Taylor (*Work, Wages and Profits*):

Em regra o industrial paga um só e mesmo salário para uma só e mesma classe de operários [...]. Corresponde, naturalmente, esse salário ao valor de um trabalhador

inferior à média. O único meio que tem o obreiro de se fazer pagar melhor é promover o aumento de salário de toda a classe. Daí o principal motivo da formação das Associações de Resistência<sup>20</sup>.

A partir desses elementos, Simonsen elabora sua argumentação, fundamentando-a com os preceitos tayloristas de tratamento individualizado da questão salarial, em contraposição à negociação de classe dos trabalhadores, antepostos organizadamente frente ao capital<sup>21</sup>. Ou, de outro modo, a indicação das possibilidades de se neutralizar a ação reivindicatória do operariado a partir de um relacionamento individualizado com trabalhadores desvinculados das entidades sindicais.

A “justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho” seria “estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal, as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro”. O resultado: a individualização do operário “interessando-o diretamente na produção, incorporando-o à sociedade, por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos”. Um tratamento eficiente da questão salarial, uma vez que,

as associações operárias formadas com o espírito preconcebido de luta, bem como as dos patrões, jamais poderão resolver de

participaram “trabalhadores das docas, [...], do matadouro, do cemitério, da ferrovia, da construção civil e operários canteiros, estendendo-se a ponto de mobilizar comerciantes, bancários, ferroviários e funcionários da alfândega, além de operários da construção na área portuária”. Cf. Aziz Simão. *Sindicato e Estado*, SP, Ática, 1981, pp. 98 e 147.

14. M.A. Antonacci. *Op. cit.*, p. 17 e K.A. Munakata. *Legislação trabalhista no Brasil*, SP, Brasiliense, 1981, p. 21.

15. Aziz Simão. *Op. cit.*, p. 98.

16. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, p. 19.

17. *Idem, ibidem*, pp. 19-20.

18. *Idem, ibidem*, pp. 49-50.

19. *Idem, ibidem*, p. 49.

20. *Idem, ibidem*, p. 50.

21. A questão do “justo salário” e do tratamento individualizado da questão salarial pode ser entendida como parte do dispositivo taylorista de luta contra ofícios e sindicatos operários nos EUA, no início deste século. Tanto Taylor como Gantt propunham pagamento por preços e tarefas, além da avaliação individual do rendimento operário com o propósito de obter, a um só tempo, a intensificação do trabalho, da produtividade e a desmobilização sindical. A respeito dessa problemática consultar Benjamin Coriat. *Op. cit.*

forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital, ainda que recorram a tribunais arbitrais, porque são elas estabelecidas sob atmosfera de desavenças, que induzem as duas classes a um estado de desarmonia. Cada qual procura vencer a outra, empregando, sempre que lhe é dado, mal disfarçados processos de força<sup>22</sup>.

Simonsen conclui sua argumentação afirmando, ainda, que "somente a forma científica de administrar e retribuir o trabalho, em que se beneficiem lealmente as duas classes, é que deixará de promover as ações e reações inevitáveis nos velhos sistemas, colocando ambas as partes em íntima cooperação em prol dos seus legítimos interesses"<sup>23</sup>.

Pode-se, portanto, inferir que, para Simonsen, a "justa remuneração do trabalho" tem sua eficiência justificada em dois planos — de um lado, pelas possibilidades de neutralização das reivindicações organizadas do operariado, de dissolução dos laços de solidariedade dos trabalhadores, a partir da "individualização" no tratamento da questão salarial e, de outro, pelo caráter de "neutralidade" dos princípios científicos que sustentam a proposta, capazes, por isso, de atender "lealmente as duas classes".

Este último aspecto — a legitimidade do modo de "administrar e retribuir o trabalho" em virtude do caráter científico de sua formulação — permite uma identificação inicial da concepção da ciência incorporada por Simonsen. Sua matriz positivista se evidencia claramente, seja pela preocupação pragmática com o conhecimento científico como forma eficiente de controle da força de trabalho, seja pela idéia de "neutralidade", construção ideológica capaz de sustentar uma proposição de consenso, acima dos interesses particulares de classe. Em outras palavras, o perfil da perspectiva de ciência esposada pelo taylorismo — a de um saber neutro e apolítico — e que, no ideário simon-

siano, naquele momento, correspondia às necessidades imediatas de garantir a acumulação e reprodução de capital em bases seguras, no Brasil das primeiras décadas do século.

Parece claro, a esta altura, não apenas a estrita filiação de Simonsen às concepções tayloristas de gestão científica da empresa e do trabalho, mas o sentido dessa vinculação. Valem, no entanto, como explicitação reafirmadora dessa adesão, as palavras finais do Relatório à diretoria da Construtora, a propósito das experiências de industriais americanos quanto ao "estabelecimento de sistemas de salários fundados em pesquisas científicas":

Tais são as combinações de prêmios ou 'bônus', tendo como base os sistemas do jornal ou o da tarefa, onde se determina cientificamente o tempo padrão eficiente ou a tarefa padrão eficiente, premiando-se inteligentemente os que ultrapassarem esses padrões e sempre proporcionalmente ao excedido. Obedecem a esses preceitos os processos de Taylor, de Gantt, de Town-Halsen, de Emerson, e de outros profissionais da eficiência. [...] É nessa ordem de idéias, obedecendo aos preceitos da administração científica, que pretendemos reformar meticulosa e paulatinamente o sistema de pagamento dos operários de nossa Companhia<sup>24</sup>.

#### *O mundo fora da empresa: a racionalização do Brasil agrário*

Ao final da segunda década do século, Roberto Simonsen começa a se projetar como homem público. Em 1919, a convite do Governo brasileiro, integra a Missão Comercial à Inglaterra participando também, logo a seguir, do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris. Representando setores exportadores, tinha como missão atrair investimentos estrangeiros para plantio de algodão, exploração de minérios, madeira,



pecuária e transportes no país, e, ao mesmo tempo, conquistar os mercados britânico e francês para alguns dos produtos nacionais<sup>25</sup>.

Dessas atividades resultou um conjunto de trabalhos no qual a tematização de questões econômicas mais abrangentes, acima do âmbito restrito da empresa, deixa entrever suas concepções a propósito dos problemas nacionais<sup>26</sup>.

Com um discurso muito marcado pelas limitações do frágil desenvolvimento industrial e pela hegemonia da grande lavoura de exportação, na primeira República, Simonsen transfere a temática da racionalização científica do restrito espaço empresarial para o plano social abrangente, indicando-a como equação resolutive de grande parte das mazelas do país atrasado. Questão que, simultaneamente combinada com a aceitação do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho — e, conseqüentemente, com o não-questionamento da priorização da agricultura na produção nacional e dos mecanismos de intermediação comercial e financeira externa — dá o perfil de suas proposições econômicas em nível global, neste período.

Longe, portanto, da figura do líder industrialista das décadas de 30 e 40, Simonsen nesta fase rende-se à realidade da incipiência industrial, subsumindo suas proposições modernizadoras à aceitação da dinâmica hegemônica do pólo central da acumulação capitalista no país, do início do século, a produção dos bens primários de exportação.

Os elementos norteadores das proposições de Simonsen, em nível econômico mais amplo, aparecem pela primeira vez em

um discurso de saudação ao Ministro da Agricultura, Pádua Salles, em dezembro de 1918.

Logo no começo da fala, Simonsen explicita genericamente sua preocupação central: a *produção organizada cientificamente* tendo em vista a *eficiência*. Referindo-se ao esforço de reconstrução da Europa no pós-guerra, assinala que os povos que desejassem “produzir na acepção econômica da palavra” teriam “de organizar em seus mínimos detalhes o sistema de produção”, tendo em vista “a máxima eficiência na aplicação de todos os seus elementos”. E, numa precisão maior, indica que “para produzir [...] não é mais bastante o trabalho simples, descuidado, ao Deus dará”, pois a “produção para ter eficiência econômica precisaria [...] assentar em bases científicas”<sup>27</sup>.

Simonsen, no entanto, logo abandona essa generalidade inicial pois sua preocupação com a organização científica da produção está bem direcionada. Pensa nas possibilidades de tornar a agricultura brasileira mais eficiente a partir de sua remodelação segundo os princípios do gerenciamento moderno, tendo como parâmetro ideal a agricultura norte-americana.

Mesmo sob pena de excesso de citações, convém acompanhar seu entendimento da equação agrícola capitalista norte-americana, pois esta será o padrão de organização aspirado para a lavoura nacional:

O cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica; dirige sua fazenda como uma manufatura ou casa de comércio, multiplica a capacidade produtiva de suas terras, substituindo

22. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, pp. 50-51.

23. *Idem, ibidem*, p. 51.

24. *Idem, ibidem*, p. 53.

25. Heitor F. Lima. *Op. cit.*, pp. 162-163.

26. Esses trabalhos foram reunidos e publicados por Simonsen, em 1932, na coletânea *A margem da profissão*, SP, São Paulo Editora, 1932.

27. Roberto Simonsen. “Orientação agrícola brasileira” in: *A margem da profissão, op. cit.*, pp. 27-28.

o braço custoso e raro pela inteligência, pelo talento inventivo, pela organização. Ele é auxiliado, porém, de um modo decisivo e prático pelo Ministério da Agricultura.

A ação do Estado nada tem ali de burocrática.

Os campos de experiência e demonstração espalhados por toda a República; as publicações gratuitas de propaganda e ensino; a larga distribuição de sementes; os agentes científicos que por todo o globo procuram, sem cessar, novas plantas, novos órgãos, que possam ser introduzidos com sucesso nos Estados Unidos; a difusão do ensino agrícola; os meios de consulta, demonstram a sábia orientação do Estado americano nesse assunto<sup>28</sup>.

Em suma, pode-se perceber que os aspectos da lavoura norte-americana relevados por Simonsen relacionam-se prioritariamente à questão técnico-organizativa imediata, não referida à sua base essencial, isto é, à subordinação da produção agrícola, nos Estados Unidos, às necessidades do pólo dinâmico da economia, à indústria altamente desenvolvida. A razão desse procedimento ganhará, entretanto, significado acompanhando-se de perto e, ao mesmo tempo, desvendando-se o tratamento sugerido à agricultura brasileira.

Constatando, sem questionar, o peso determinante da atividade agrícola no Brasil, país que "mais do que em qualquer outro, o homem é dirigido à terra", Simonsen propõe o redimensionamento da lavoura no sentido de substituir "a cultura extensiva tão condenável sob todos os pontos de vista" pela "cultura intensiva"<sup>29</sup>. Nota, entretanto, alguns empecilhos à sua implementação — "as dificuldades de obtenção de adubos químicos e dos meios de transportes", que obrigariam o país a recorrer ao "adubo animal", tornando, por isso, a pecuária uma "necessidade indispensável ao desenvolvimento da nossa lavoura, (...) que por si só constitui uma formidável fonte de receita e uma auspiciosa promessa do nosso enriquecimento futuro"<sup>30</sup>.

Neste momento a priorização da agricultura na economia brasileira não é criticada, ou entendida como obstáculo ao crescimento nacional. O que se impõe, segundo Simonsen, é seu redimensionamento técnico e produtivo, conforme os parâmetros da racionalização científica.

O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão-de-obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental agrícola, do transporte, a preços módicos, depende, enfim, da organização da produção em bases cientificamente determinadas<sup>31</sup>.

A indústria, como fator de crescimento nacional, está ainda muito longe de suas preocupações. Para Simonsen, neste momento, o problema do Brasil é o atraso na agricultura, carente de um redimensionamento científico. Mas qual o propósito da modernização agrícola pretendida?

O discurso de Simonsen é muito claro:

A nossa posição de fracos exportadores na América, em relação a países muito menores que o nosso como a Argentina e Cuba, precisa, em absoluto, ser alterada. Temos de conquistar o posto a que temos direito pela nossa grandeza e pelos nossos recursos, e isso será somente no dia em que tivermos reconhecido praticamente — como observa o escritor inglês Fraser, em relação aos Estados Unidos — que o "Ministério da Agricultura é a administração mais útil do país"<sup>32</sup>.

Em suma, neste momento, Simonsen não só não contesta a priorização agrícola, como o fará nas décadas posteriores, como também aceita o tipo de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como nação agro-exportadora. A racionalização pretendida visa à maximização produtiva de modo que a função de país produtor de gêneros

agrícolas exportáveis se otimize, tornando-se eficiente.

Nesse sentido ganha significado a leitura descontextualizada que faz do desenvolvimento técnico da agricultura norte-americana. O que Simonsen tem em mente é a aplicação da racionalização científica, gerada a partir do desenvolvimento capitalista em bases industriais, para uma realidade diversa. Ou seja, a realidade de um país agrícola que deveria atingir a eficiência no papel a que estava destinado. Uma particular mistura de modernização e conservação para que conquistássemos "o posto a que temos direito pela nossa grandeza e pelos nossos recursos"<sup>33</sup>.

O que importava absorver, portanto, da experiência norte-americana era a racionalidade científica, genericamente referida, que no Brasil deveria voltar-se à conquista da maximização da produção de artigos primários exportáveis, isto é, à promoção da eficiência na função reservada ao país no âmbito do capitalismo mundial.

Este conjunto temático reaparece, clara e explicitamente, em outros textos elaborados por Simonsen, pouco depois, em 1919. Clareza e explicitação que se explicam pela natureza mesma de seu destino, pois tratam-se de teses, discursos e artigos divulgados em Paris e Londres, para onde viajou, integrando a Missão Comercial Brasileira, em busca de investimentos e ampliação de mercados para os produtos de exportação nacional.

Nesses trabalhos ressurgem as proposições anteriormente esboçadas, nos quais a preocupação com racionalização científica articula-se com a aceitação do papel desempenhado pelo Brasil no conjunto capitalista internacional, de produtor de mercadorias pri-

márias de realização externa. Não se trata, porém, de simples retomada pois alguns elementos novos estão presentes possibilitando melhor apreensão dos componentes definidores do ideário de Simonsen, nesta primeira fase de sua trajetória.

A questão da indispensabilidade da presença do capital estrangeiro, particularmente o inglês, para a viabilização da economia nacional, aparece pela primeira vez no discurso de Simonsen. Vinculando esses capitais aos setores de produção de alimentos e matérias-primas, deixa evidenciado que sua aceitação dos padrões de acumulação vigentes no Brasil passava igualmente pela incorporação dos mecanismos de subordinação do país à comercialização e ao financiamento externos, ou seja, à dinâmica imperialista então existente.

A própria temática da racionalização científica ressurgue de modo diferenciado, não mais simplesmente se articulando a um vago projeto de modernização agrícola. A organização científica aparece agora, também, como base genérica de equacionamento das dificuldades nacionais, como demiurgo do progresso, a suprir o que faltava "na evolução natural dos fatores econômicos" no Brasil e a garantir, ao mesmo tempo, a independência da nação diante do indispensável comprometimento com os capitais internacionais.

Em outros termos, a manifestação modificada de uma característica anteriormente apreendida no pensamento de Simonsen — a mescla de elementos de modernização e conservação representados, de um lado, pela aspiração a uma organização científica da produção e do trabalho, e, de outro, pela aceitação do padrão de acumulação vigente no país, que tinha a agro-exportação como pólo dinâmico.

28. *Idem, ibidem*, p. 29.

29. *Idem, ibidem*, p. 31.

30. 31. 32 e 33. *Idem, ibidem*, pp. 32-33.

A volta aos textos, mais uma vez, permitirá reconstruir a trajetória dessas formulações e recuperar mediações que a indicação sumária dos temas eliminou.

Em seu discurso de despedida, pouco antes de iniciar a viagem à Inglaterra, Simonsen afirma que o mundo havia chegado "à era do industrialismo" que, prestando serviços à humanidade, tornara possível a civilização contemporânea:

A civilização atual é o fruto do rápido industrialismo, que em princípios do século XIX seguiu-se à utilização do ferro e do carvão, à invenção da máquina a vapor, ao desenvolvimento da força elétrica<sup>34</sup>.

Este, entretanto, não tinha sido o caminho trilhado pelo país, pois "o Brasil sem minas de carvão, no estado atual da ciência, tinha de ser naturalmente, em primeiro lugar, agrícola e pastoril"<sup>35</sup>. E, lamentando a

fatalidade natural, lembrava que, "o combustível barato atrai a indústria; o salário alto atrai o braço e conseqüentemente a população; o povoamento condensado amplia o mercado e valoriza as terras criando riquezas e formando organizações"<sup>36</sup>.

Estamos aqui, portanto, diante de dois elementos destacados nas colocações de Simonsen. De um lado, a valorização do "industrialismo" identificado à "civilização", ao progresso, e, de outro, o reconhecimento da especificidade agrícola do Brasil imposta a partir de entraves de ordem natural, isto é, a inexistência dos recursos naturais condicionantes da civilização industrial.

Um terceiro elemento, entretanto, irá se agregar a estes dois para evidenciar que não estavam vedadas as possibilidades de melhoria das condições brasileiras, apesar das dificuldades impostas pela natureza. Esse tórcio será, como veremos, a *organização científica*, pois segundo Simonsen, "enquanto a evolução da ciência não tornar mais prático e mais economicamente acessível o uso da energia hidroelétrica, pelo aproveitamento das quedas de água, de que somos o país mais rico do mundo, a nossa situação só poderá melhorar, com a rapidez que desejamos, por processos de organização cientificamente determinados"<sup>37</sup>.

A organização científica, concebida de forma ampliada e genérica, é agora apontada como elemento de superação das dificuldades nacionais, supridora do que faltava na "evolução natural dos fatores econômicos". O exemplo concreto de viabilização dessa possibilidade vinha do Japão colocado, segundo ele, "a par com as mais adiantadas nações do mundo" por ter "num admirável e inteligente lance" mandado "tudo o que de melhor tinha sua mocidade, em levas consideráveis de jovens, aprender, nos grandes centros da ciência, assimilar os seus progressos e as possibilidades de aplicá-los em seu país!"<sup>38</sup>.



Percebe-se então que, apesar da correlação inicialmente estabelecida entre "industrialismo" e "civilização", para Simonsen, em países atrasados como o nosso, com os limites impostos à industrialização pela natureza, os caminhos para o progresso poderiam ser trilhados a partir de uma correta aplicação dos conhecimentos científicos.

Essa crença quase messiânica nas possibilidades da racionalização científica combina-se, porém, pragmaticamente, com o reconhecimento de que a solução das carências nacionais não poderia dispensar, de imediato, o auxílio dos capitais estrangeiros e a estimulação do comércio exterior. Com esse sentido, afirma explicitamente que:

O maior problema brasileiro é incontestavelmente o econômico em toda a sua complexidade; é o problema da formação, organização e desenvolvimento de nossas riquezas, porquanto o Brasil é, evidentemente, um repositório de riquezas latentes. Carecemos de capitais estrangeiros e necessitamos da intensificação do intercâmbio para que se torne fácil o nosso desenvolvimento.<sup>39</sup>

Uma proposição de tal natureza punha evidentemente como questão o risco de desnacionalização do país. Mas essa ameaça, reconhecida por Simonsen, também poderia ser afastada a partir de uma adequada organização científica. É o que denota sua afirmação categórica:

Arrastada assim à luta econômica, a nossa geração tem sobre os ombros a grande responsabilidade de não deixar o país desnacionalizar-se; temos de nos organizar e de nos aparelhar convenientemente para que os capitais que nos procuram (...) não nos custem taxas excessivas que absorvam parte considerável do fruto de nosso trabalho; temos de nos preparar suficientemente para que no aumento do intercâmbio, paguemos os produtos que importamos somente com

o fruto de nosso trabalho e de nossa terra, mas nunca com sua própria produtividade, empobrecendo o país e o legado de nossos antepassados!<sup>40</sup>

Isso seria objetivado "pelo desenvolvimento do preparo de nossos homens, pelo esforço e tenacidade do nosso governo, pela organização científica, suprimindo o que nos falta na evolução dos fatores econômicos!"<sup>41</sup>. Daí a recomendação enfática para se "estudar a fundo os problemas nacionais, [...] vulgarizar com rapidez a educação econômica e os ensinamentos da ciência, como obra indispensável de patriotismo, para que, no concerto das nações, venhamos a ocupar a posição a que temos direito pela nossa grandeza e pelas aptidões da nossa raça"<sup>42</sup>.

O que se percebe a esta altura é que, para Simonsen, o progresso e a independência nacional seriam possíveis nos marcos do padrão de acumulação então vigente no país, compatíveis portanto, com a agro-exportação submetida aos mecanismos imperialistas de comercialização e financiamentos externos. E isso desde que fossem convenientemente aplicados os ensinamentos científicos e estruturada uma organização científica de modo a suprir a carência de "fatores econômicos".

A referenda à acumulação capitalista de base agrária e a subsunção, em última análise, de sua compreensão da realidade à dinâmica desse sistema, faz com que sua preocupação modernizadora assumia a feição de uma abstrata aspiração à racionalização científica. Racionalização que, em razão mesmo dessa abstração, torna-se a solução mágica para grande parte das mazelas nacionais: da carência dos elementos econômicos, genericamente referidos, aos perigos da desnacionalização em função da subordinação aos capitais externos.

34. 35. 36 e 37. Roberto Simonsen. "Missão à Inglaterra", in: *A margem da profissão*, op. cit., p. 62, (grifos nossos).

38. 39 40 e 41. *Idem*, *ibidem*, p. 64.

42. *Idem*, *ibidem*, p. 65.

Se a questão da organização científica — a dimensão modernizadora das colocações de Simonsen, neste momento — assume um caráter abstrato-formal, suas proposições quanto às formas de participação do capital internacional na economia brasileira apresentam-se, no entanto, objetivamente formuladas. Essa participação é concebida tendo em vista a dinâmica do setor de produção de bens primários de exportação, numa perspectiva tradicional, reiteradora de algumas formas típicas da atuação do capital transnacional, no início do século, em nosso país: investimentos estrangeiros nos transportes indispensáveis à produtividade do setor exportador, exploração direta de matérias-primas e alimentos exportáveis, fornecimento de máquinas etc.<sup>43</sup>.

Nos discursos na Inglaterra, nos artigos publicados no *Times* de Londres e na tese apresentada em Paris, o Brasil, concebido por Simonsen como “um repositório de riquezas latentes”, à espera de iniciativas e capitais externos, é oferecido à burguesia européia (notadamente inglesa) como uma vasto *hinterland* com grandes disponibilidades de terras, florestas, minérios à disposição de investimentos que transformassem a natureza em matéria exportável. Os capitais externos deveriam ser direcionados ao setor de transportes — área já tradicional de aplicação dos investidores ingleses —, à pecuária, ao beneficiamento de minérios, à extração de madeiras, ao plantio de algodão. Além do fornecimento de máquinas indispensáveis ao beneficiamento interno de matérias-primas.

Assim é que, discursando em Birmingham, a 30 de junho de 1919, Simonsen lembrava aos ingleses que o Brasil, com “35 vezes o tamanho do Reino Unido” tinha apenas “20.000 milhas de estradas de ferro”, em razão de dificuldades financeiras e topográficas. Mas que agora o país, “compreendendo o alcance econômico e civilizador da intensificação das vias de comunicação”,

estava empenhado “em planos de rodovias”, contando com isso com a “sagacidade e habilidade” dos ingleses em “cooperar [...] no desenvolvimento de sistemas de tração nas estradas de rodagem da mesma forma que [...] no passado, para a construção das nossas estradas de ferro”<sup>44</sup>.

Já em outro momento, em artigo no *Times* de 19 de julho de 1919, Simonsen procurava sensibilizar a burguesia britânica para o investimento de capitais em terras, gado, transportes e venda de máquinas frigoríficas no Brasil, afirmando que com “a cooperação dos ingleses” estaríamos “dentro de pouco tempo em condições de abastecer de carne os mais exigentes consumidores”<sup>45</sup>.

Ressaltando as qualidades das pastagens de Mato Grosso — “tão boas quanto as da Argentina e superiores em média às daquele país” — frisava que “imensas extensões de terra [...] estão franqueadas às empresas inglesas”, terras que “servidas por estradas de ferro valorizaram-se em cerca de 100% durante os dois últimos anos” constituindo, porém, “sempre um ótimo emprego de capital, pois que ainda estão muito baratas”<sup>46</sup>.

Em outro artigo, de semelhante teor, também publicado no *Times*, Simonsen punha à disposição da Europa as reservas florestais do Brasil, lembrando que, “este país, onde a área florestal atinge 48% do total do seu território, tem a oportunidade de ir em socorro das necessidades mundiais de suprimento de madeiras”. Investimento seguro para capitais ingleses pois, “a exploração em larga escala das florestas virgens do Brasil oferece oportunidade excepcional, pois que, afora a grande variedade de ricas madeiras de lei apropriadas para construções civis, construções navais, obras de marcenaria, dormentes, encontra-se grande porção de espécies botânicas aproveitáveis para fins industriais podendo-se ainda utilizar as madei-

ras brancas restantes no preparo da celulose para a fabricação do papel”<sup>47</sup>.

O mesmo espírito presidia o pequeno discurso dirigido ao presidente da Bolsa de Metais, de Swansea. Dizendo-se originário de “um país reconhecidamente rico em minérios de toda sorte”, Simonsen lembrava enfaticamente: “Vós tendes a experiência e o capital; nós, a matéria-prima e a ânsia de progresso”, para arrematar a seguir — “o estabelecimento de sucursais de vossas indústrias em nosso país e a colaboração de vossos elementos de trabalho no desenvolvimento de nossas riquezas naturais concorrerão sem dúvida para o estreitamento do intercâmbio anglo-brasileiro”<sup>48</sup>.

Reiterando a tendência até aqui explicitada, está também a tese apresentada por Simonsen, em setembro de 1919, no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado na França. Nesse congresso, atuando como delegado único do Brasil, fez uma longa comunicação ao Comitê Internacional do Algodão, com o propósito de interessar as indústrias européias de tecidos no algodão brasileiro.

Seu objetivo transcendia o aumento imediato das vendas do produto nacional na Europa, pois ao lado dessa óbvia intenção estava a busca de investimentos estrangeiros para o plantio de algodão no Brasil. Do mesmo modo como oferecera, anteriormente,

pastagens em Mato Grosso para os ingleses, punha agora à disposição da burguesia européia vastas regiões do Nordeste propícias à cultura algodoeira. Dizia ele frente ao Comitê: “Tudo indica [...] que o Brasil será um grande produtor de algodão dentro de algum tempo”, mas “essa previsão poder(á) ser precipitada por um grande empreendimento dos interessados mundiais no consumo do produto”. Lembrava então das dificuldades brasileiras e das boas oportunidades para os investidores estrangeiros:

Nos estados do Norte do Brasil faltam o capital e elementos brasileiros devidamente organizados para levarem a efeito um grande cometimento imediato em bases comerciais. No entanto, o Norte e o Nordeste brasileiros oferecem vastíssimas regiões em que poderiam ser instaladas rapidamente as maiores plantações mundiais de algodão com todos os requisitos aconselháveis pela técnica moderna. As margens do rio São Francisco e outras regiões oferecem zonas feracíssimas em que poderia ser praticada a irrigação muito economicamente<sup>49</sup>.

Simonsen concluía, finalmente, sugerindo que a Federação Internacional dos Industriais de Algodão enviasse ao Brasil uma delegação para estudar as possibilidades de instalação de grandes plantações algodoeiras no Nordeste<sup>50</sup>.

O que se conclui é que nesta fase — a mais recuada de sua produção ideológica

43. Sobre as formas de intervenção do capital estrangeiro no Brasil, no início do século, e a situação de dependência e subordinação estrutural da economia brasileira consultar: Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*, SP, Brasiliense, 1976, cap. V; E. Caron. *A república velha (instituições e classes sociais)*, SP, Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 129 e 143; Francisco de Oliveira. *A economia da dependência imperfeita*, RJ, Graal, 1977, cap. 1.

44. Roberto Simonsen. *Op. cit.*, p. 71.

45. *Idem, ibidem*, p. 75.

46. *Idem, ibidem*, p. 76.

47. *Idem, ibidem*, p. 80.

48. *Idem, ibidem*, p. 83.

49. *Idem, ibidem*, pp. 98-99.

50. Isso efetivamente ocorreu pois em 1920 chegou ao Brasil o secretário geral da Conferência Internacional dos Industriais de Algodão, Arno Pearce. Os resultados de suas pesquisas, no entanto, restringiram-se à publicação de um livro sobre a agricultura algodoeira nacional, *Brazilian cotton*. Cf. H.F. Lima. *Op. cit.*, p. 162 e R. Simonsen. *Op. cit.*, pp. 91 e 99.

— Simonsen dista muito do líder industrialista que foi no período pós-30. Seu discurso contém, sem dúvida, elementos de uma preocupação modernizadora, expressa na questão da racionalização científica, problemática desenvolvida, em nível geral, a partir das exigências da acumulação e reprodução do capitalismo em sua feição industrial. Mas que, ao ser tematizada no Brasil do início do século, sofre as contingências do chão social em que se põe, ou seja, os limites impostos pelo ritmo lento e intermitente da acumulação fabril na Primeira República e pelo predomínio incontestado da lavoura exportadora.

A racionalização científica ao ser colocada enquanto aspiração para o âmbito societário abrangente (o mundo fora da empresa) aparece diluída numa generalidade abstrata. Ela é pensada como demiurgo do progresso, genericamente referido, e apontada como solução para a maior parte das mazelas do país atrasado, desde as mais amplas carências econômicas até os perigos da desnacionalização em função da inevitável associação aos capitais externos.

Malabarismos do imaginário, possíveis em razão da forma abstrata como a racionalização científica é tematizada, ou seja, apenas enquanto afirmação de princípios genéricos, distantes de uma operacionalidade efetiva.

Esse componente modernizador aparece intimamente associado, ou mesmo subordinado, a outro de nítida conservação — a aceitação do padrão de acumulação capitalista do Brasil do período. Simonsen não contesta a priorização agrícola no país, nem

a entende como obstáculo ao crescimento nacional, chegando mesmo a sugerir seu redimensionamento técnico e produtivo segundo os parâmetros da racionalidade científica. E isso tendo em vista que a função produtora de gêneros primários se otimizasse.

A aceitação desse processo de acumulação, vigente durante a Primeira República, passa evidentemente pela incorporação do aspecto nodal do sistema, ou seja, a subordinação do país à comercialização e ao financiamento externo, em suma, à dinâmica imperialista então existente. Assim, a questão da indispensabilidade da presença do capital estrangeiro na economia brasileira, tão longamente tratada por Simonsen, surge vinculada às necessidades da dinâmica do setor de produção primária exportável.

Esta tríade temática — racionalização científica, associação com o capital estrangeiro e estimulação da lavoura agro-exportadora — não é abandonada quando Simonsen deixa para trás essa primeira fase de sua trajetória. Ele a leva consigo pelas décadas seguintes, agregando alguns novos elementos a esse núcleo original e redimensionando seu tratamento de acordo com a perspectiva do projeto de industrialização nacional elaborado nos anos 30 e 40. A agricultura de exportação estará, então, evidentemente deslocada do centro de suas formulações aparecendo, no entanto, como elemento imprescindível ao seu projeto industrial. Processo semelhante ocorrerá com a questão da racionalidade científica e com o recurso aos capitais estrangeiros, ambos tematizados a partir da perspectiva dos interesses do setor fabril, de acordo com o novo padrão de acumulação por ele projetado.